

Ensino farmacêutico: Desafios e Referências



- Estudos realizados pelo Conselho Federal de Farmácia prometem trazer novas compreensões sobre o universo do ensino farmacêutico, no Brasil, sacudido pelas mudanças introduzidas pelas Diretrizes Curriculares.
- Os estudos estão sendo convertidos em dois livros, intitulados DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FARMACÊUTICA, NO BRASIL, e MODELO REFERENCIAL DE ENSINO PARA UMA FORMAÇÃO FARMACÊUTICA COM QUALIDADE. Serão duas referências para coordenadores e diretores de cursos de Farmácia, professores e acadêmicos, além de estudiosos do assunto.
- As duas publicações são complementares. Uma aborda os pontos críticos que emperram a adesão dos cursos de Farmácia às Diretrizes; a outra aponta os caminhos a serem seguidos pelas unidades de ensino, para superarem as dificuldades no processo de adaptação às mudanças.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

Os Desafios da Educação

Fruto de uma pesquisa abrangente, o livro OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FARMACÊUTICA, NO BRASIL, do Conselho Federal de Farmácia, expõe os pontos críticos que vêm emperrando a adequação dos cursos de Farmácia àquilo que preconizam as Diretrizes Curriculares, editadas pelo Ministério da Educação, em fevereiro de 2002. As Diretrizes são fruto de um amplo debate promovido pelo CFF e que mobilizou todos os segmentos envolvidos com a educação farmacêutica, no País.

Os debates foram travados nas Conferências Nacionais de Educação Farmacêutica e nos Fóruns Nacionais de Educação Farmacêutica, realizados pelo CFF. Eles foram o palco onde todos os atores que atuam no setor reuniram-se para encontrar as alternativas que pudessem tirar o ensino do processo de engessamento em que se encontrava, para construir novos horizontes para o mesmo.

Os pontos mais críticos citados na publicação do CFF são a heterogeneidade e as discrepâncias presentes na construção dos currículos. Para se ter idéia do tamanho do problema, basta saber que alguns currículos sequer contemplam áreas, como Alimentos, Análises Clínicas e Toxicológicas, além dos conteúdos das áreas de humanas e sociais.

O RANÇO DO TECNICISMO - "Isso afronta as Diretrizes", declara a integrante da Comensino (Comissão de Ensino) do CFF, Zilamar da Costa Fernandes, professora de Homeopatia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS). Já a Presidente da Comensino, Farmacêutica Magali Demoner Bermond, que é Conselheira Federal pelo Espírito Santo e professora de Deontologia, Legislação Farmacêutica e Introdução às Ciências Farmacêuticas da Emescam (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória) e de Deontologia, Legislação e Toxicologia do Unesc (Centro Universitário de Colatina), argumenta que ainda há muito ranço do tecnicismo que grassou no ensino de Farmácia, o qual as Diretrizes pretendem extinguir.

A Comissão do CFF revela que, embora 91% dos cursos informem que já concluíram a sua adesão às Diretrizes, esse processo ainda não passou do papel para várias unidades de ensino. "Muitas ainda permanecem não oferecendo os estágios multiprofissionais e interdisciplinares previstos pelas Diretrizes. Elas oferecem, isto sim, estágios impregnados de um tecnicismo ultrapassado e sem nenhuma aplicabilidade prática", acrescenta a professora Zilamar da Costa Fernandes.

PROBLEMAS NA INFRA-ESTRUTURA - Afora as questões relativas ao currículo, a Comensino denuncia que o ensino está, ainda, sofrendo

da falta de infra-estrutura que garanta um bom ambiente de aprendizagem nos cursos. Em sua pesquisa, a Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia detectou, dentro das unidades de ensino, por exemplo, carência de bibliotecas, farmácias-escola, hospitais-escola, laboratórios-escola e outros equipamentos recomendados pelas Diretrizes como peças imprescindíveis ao bom aprendizado.

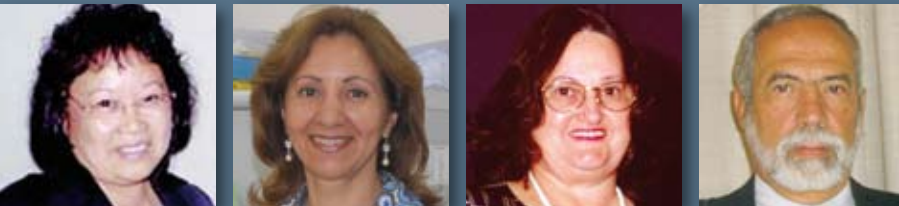
Enfim, o trabalho de pesquisa do CFF vai fundo, ao citar os pontos mais nevrálgicos sobre os quais pesam as suas próprias críticas. Minuciosa, complexa, a longa pesquisa do Conselho no setor iniciou-se, antes do ano 2000, quando o CFF passou a se debruçar, de forma sistemática, em estudos sobre o ensino farmacêutico.

Convertido em livro, o trabalho produzido pela Comensino der ser uma dessas publicações obrigatórias para quem se interessa pelo ensino de Farmácia. A Comissão de Ensino do CFF é composta pelos farmacêuticos-professores Magali Demoner Bermond (ES), Presidente; Ely Eduardo Saranz Camargo (SP), Carlos Cecy (PR), Nilsen Carvalho Fernandes (RN) e Zilamar Costa Fernandes (RS).



A Comissão de Ensino do CFF é composta pelos farmacêuticos-professores Magali Demoner Bermond (ES), Presidente; Ely Eduardo Saranz Camargo (SP), Carlos Cecy (PR), Nilsen Carvalho Fernandes (RN) e Zilamar Costa Fernandes (RS).

Referências para a qualidade



O Grupo de Trabalho de Ensino Farmacêutico do CFF: farmacêuticos-professores Akimi Mori Honda (SP), Eula Maria de Melo Barcelos Costa (GO); Magali Demoner (ES) e Nadilson da Silva Cunha (RJ)

Outro trabalho fundamental para um entendimento completo sobre a realidade do ensino farmacêutico brasileiro realizado pelo Conselho Federal de Farmácia leva o título de MODELO REFERENCIAL DE ENSINO PARA UMA FORMAÇÃO FARMACÊUTICA COM QUALIDADE. É a obra complementa “Os desafios da Educação Farmacêutica” e fecha o ciclo das publicações do CFF versando sobre o tema.

O trabalho foi desenvolvido por um Grupo integrado por *experts* no assunto. Ele vem para clarear o caminho dos cursos em seus esforços de se adaptar às transformações propostas pelas Diretrizes Curriculares. Para tanto, o trabalho, também convertido em livro, oferece um modelo a ser seguido, repleto de estratégias. Por isso, é imprescindível a qualquer bibliografia sobre o tema.

A Comensino reforça que a grande estratégia para garantir a adesão às mudanças é a produção de um rigoroso planejamento de curso, com vistas a atender plenamente às Diretrizes, inclusive definindo os conteúdos para as três áreas (Medicamentos, Alimentos e Análises Clínicas e Toxicológicas) e estabelecendo a infra-estrutura

laboratorial mínima para o desenvolvimento do ensino a ser oferecido.

Ao trazer, em livro, essas informações, o CFF, segundo a Comissão de Ensino, está assumindo um papel, no campo do ensino, tão importante, que vem merecendo o reconhecimento do Ministério da Educação (MEC). As informações do CFF, ressalte-se, servirão de subsídios para o Ministério

adotar novas políticas para o setor. Hoje, há 306 cursos de Farmácia, no Brasil. Destes, 266, correspondente a 87%, são particulares e 13%, públicos. O Grupo de Trabalho responsável pela produção do livro foi formado pelos farmacêuticos-professores Akimi Mori Honda, integrante da Comissão Assessora da Indústria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo; Eula Maria de Melo Barcelos Costa, Diretora da Associação Brasileiro de Ensino Farmacêutico e Bioquímico (Abenfarbio); Magali Demoner Bermond, Conselheira Federal de Farmácia pelo Espírito Santo e Presidente da Comissão de Ensino do CFF; Nadilson da Silva Cunha, da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC).

Ensino farmacêutico:
Desafios e Referências

Tempo mínimo para o curso de Farmácia

Um dos pontos mais debatidos – e que mais chamaram a atenção - nos estudos que o Conselho Federal de Farmácia realizou, na área de ensino farmacêutico -, é a proposta que CFF apresentou de tempo mínimo para os cursos de Farmácia. O órgão defende uma carga de 4.800 horas para os cursos.

A proposta está respaldada em estudos do CFF que revelam que, com menos de 4800 horas, é impossível um curso oferecer um ensino de qualidade, resguardados os preceitos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares.

A Presidente da Comissão de Ensino do CFF, Magali Demoner, Conselheira Federal pelo Espírito



Jaldo de Souza Santos, Presidente do CFF: “É impossível formar um farmacêutico, profissional com tantas habilidades e competências, com uma carga horária aquém de 4.800 horas”.



Sede do MEC, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Aqui, será decidida a carga horária para os cursos de Farmácia. O CFF espera que o Ministério decida-se pelas 4.800 horas

Santo, explica que as 4.800 horas serão assim distribuídas: 4.000 horas destinam-se exclusivamente às aulas teóricas e práticas e às atividades complementares. As 800 horas restantes serão ocupadas com os estágios.

A professora Magali Demoner lembra que, hoje, a média nacional é de 4.000 horas. Entretanto, há um grande número de cursos cuja carga horária é de até 2.380 horas. “Este tempo é um absurdo”, indigna-se a Presidente da Comensino.

O assunto carga horária tem movimentado os debates dentro do setor. O Ministério da Educação chegou a produzir um Parecer, estabelecendo 3.200 horas para os cursos de Farmácia. O Conselho Federal de Farmácia reagiu contra o Parecer e convenceu o MEC a desfazê-lo. O Ministério está estudando uma nova carga horária. O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, diz esperar que o MEC bata o martelo nas 4.800 horas como o tempo mínimo para o ensino farmacêutico, no Brasil.

PROFISSIONAL DE MÚLTIPLAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS
- Souza Santos salienta que não há como formar um farmacêutico, profissional com tantas habilidades e competências – isso, sem contar os novos conhecimentos humanísticos e sociais que ele tem que acumular e vivenciar – consubstanciadas pelas Diretrizes Curriculares instituídas, em 2.002, com uma carga horária aquém de 4.800 horas.

Chama a atenção, entretanto, para o fato de que a carga horária por si só não garante a qualidade do ensino, “mas é um parâmetro fundamental para se chegar a um ensino de qualidade”, salienta. Dr. Jaldo fez questão de dizer que o CFF irá lutar para que o Ministério da Educação fixe as 4.800 horas como o tempo mínimo para os cursos.